

## **Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico**

Rodolfo Teixeira Alves<sup>1</sup>

Daniela Ramos Petti<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto apresenta as experiências de mobilização de duas comunidades localizadas na Zona Oeste do Rio de Janeiro: Vila Autódromo, situada na Barra da Tijuca, e Vila União de Curicica, bairro adjacente. O contexto é de (re)estruturação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. As comunidades em questão aparecem como experiências de mobilização e resistências às remoções de moradores de favelas da cidade. Através de observação participante e depoimentos, destacam-se o repertório dos moradores acerca do processo, os meios pelos quais deram dinâmica à luta pela permanência em suas casas, em especial a memória das comunidades como elemento crucial de mobilização e legitimação.

**Palavras-chave:** Olimpíadas Rio 2016; remoção de favelas; memória.

## **Insurgent memories: resistances in Vila Autódromo and Vila União de Curicica in an olympic context**

**Abstract:** This text presents two experiences of mobilization in the Western part of Rio de Janeiro: “Vila Autódromo”, located in Barra da Tijuca and “Vila União de Curicica”, in an adjacent neighborhood. The context is Rio’s (re)structuration to host the Olympic Games of 2016. The communities mentioned appear as experiences of mobilization and resistance to the evictions of favela dwellers in the city. Through participant observation and testimonies, this article highlights the dwellers’ repertoire on the process, the ways by which they did the struggle to keep staying in their houses, specially the communities’ memories as a crucial element of mobilization and legitimacy.

**Keywords:** Rio’s Olympic Games 2016; favela’s evictions; memory.

### **Introdução**

Entre 2009 e 2016, a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações urbanas, com grandes projetos de reestruturação e “requalificação” de algumas regiões para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Os massivos investimentos, tanto públicos quanto privados, fizeram da cidade um grande campo de disputas territoriais para a produção de

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), cursando atualmente o 10º período. Desenvolve pesquisa na Vila Autódromo, onde colabora com o Museu das Remoções. Bolsista PIBIC-UFRJ, com orientação acadêmica da Profa. Julia O’Donnell. E-mail: rteixeiralves@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pelo CPDOC/FGV-Rio. Desenvolve pesquisa na Vila União de Curicica. E-mail: danikuico@hotmail.com.

novos espaços e reformulação de outros. Desses espaços “requalificados”, na região central da cidade, destaca-se o exemplo do “Porto Maravilha”, grande projeto de transformação da região portuária a partir de parceria público-privado e gestão consorciada (MARTINS, 2015; GUTTERRES, 2016). Todas essas transformações vêm sendo tema de diversos trabalhos que acusam a lógica neoliberal de gestão do espaço urbano, em uma dinâmica de investimentos públicos e lucros privados (VAINER, 2011; ROLNIK, 2015; GUIMARÃES, 2015; MASCARENHAS, 2016). Essa literatura tem mostrado os impactos desse tipo de planejamento urbano desencadeado pelos megaeventos no cotidiano das cidades e, sucessivamente, na vida das pessoas, a partir de uma lógica de *financeirização* do espaço urbano que remove favelas (ou parte delas) em situação de vulnerabilidade jurídica da posse dos terrenos, favorecendo a construção de *enclaves* urbanos em regiões “revitalizadas” (ROLNIK, 2015).

A Barra da Tijuca, bairro localizado na Zona Oeste da cidade, é atualmente a região de interesse dos setores imobiliários e comerciais, que têm como motivação o “potencial construtivo” de uma área cada vez mais valorizada. O bairro recebeu a maior parte das estruturas das Olimpíadas: o Parque Olímpico, concentrando a maior parte das modalidades esportivas (21 competições), e a Vila dos Atletas, conglomerado de prédios que hospedou as delegações participantes. E a “Barra Olímpica”, que corresponde à região ao norte do bairro, ficou conhecida como “o coração dos Jogos Olímpicos”<sup>3</sup>, e contou com uma série de “legados” de infraestrutura, que valorizou a região, tornando-a atrativa para os setores imobiliários e comerciais (COCCARO, 2013; CAVALCANTI, O’DONNELL e SAMPAIO, 2016).

As transformações urbanas abrem um caminho fértil para a memória social das cidades; demarcam lugares como representativos de um evento, de uma *memória* (NORA, 1993) e tentam *desmanchar* outros, construindo a história urbana a partir de sobreposições temporais e simbólicas, “revelando diferentes inserções urbanísticas, históricas e administrativas” (CORDEIRO e COSTA, 1999: 59). O estudo dos processos de construção de um bairro como a Barra da Tijuca, que vem se forjando como *nova centralidade* (FRÚGOLI JR, 2001) na geografia simbólica do Rio de Janeiro, enriquece as discussões acerca dos processos de *fazer-cidade* (AGIER, 2015) e colaboram com a análise dos novos paradigmas de ordenamento e construção do espaço urbano a partir do agenciamento de vários grupos.

<sup>3</sup> Rio 2016 – Jogos Olímpicos e Legado. Disponível em: <<https://goo.gl/ScCJp9>>. Acessado em: 13/07/2017.

As experiências da população pobre nas cidades em crescimento guardam certas similitudes dentro de uma perspectiva geral (APPADURAI, 2013). De um ponto de vista mais aproximado, as experiências dos moradores de ambas as comunidades – Vila Autódromo e Vila União de Curicica –, com algumas variações, mostram o processo de construção e consolidação dessas *localidades*. Esse processo de *produção de localidade* (APPADURAI, 1996) se expressa na vida cotidiana com associações mais ou menos conflituosas, entre sujeitos oriundos de lugares diferentes, que compartilham histórias inscritas nos espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados.

Este artigo se desenvolve a partir da mobilização dos moradores na “luta” pela permanência *das* e *nas* comunidades. Nos dois casos, a mobilização da memória dos moradores – seja a trajetória de vida de cada um ou da memória social da comunidade – foi essencial como mobilização de muitos dos projetos desenvolvidos na troca de saberes entre os moradores e seus “apoiadores”, como aprendizado através de “ações práticas” (GOHN, 2010). Inspirados em Henri Lefebvre (2010), compartilhamos da perspectiva dialética do espaço, entendendo as mútuas relações entre forma e conteúdo urbanos. Para além da dialética temporal - histórica -, o autor entende a importância de analisar a relação entre práticas sociais e espaço urbano, de modo a desconstruir um certo urbanismo puramente técnico. É nesse sentido que as práticas de resistência, especialmente as relacionadas com a memória, são enfocadas nesse artigo, com o objetivo de compreender as transformações urbanas ocorridas na história recente da cidade.

O texto desenvolve-se a partir de dois trabalhos de campo realizados nesse contexto marcado pelas Olimpíadas Rio 2016<sup>4</sup>: na Vila Autódromo, realizado pelo autor deste texto de novembro de 2015 à início de 2017, e na Vila União de Curicica, realizado pela autora deste texto entre outubro de 2014 e dezembro de 2016.

### **A construção da Barra da Tijuca: entre a paisagem “agreste” e o luxo**

A região começou a aparecer no imaginário carioca com mais consistência na segunda metade da década de 1960, com o advento de um *Plano Piloto* elaborado pelo urbanista Lucio Costa. As propostas de racionalização do espaço, consonantes com os paradigmas modernistas, prezavam pelo “desenvolvimento ordenado da região”, ao contrário

<sup>4</sup> A Olimpíada 2016 não foi o primeiro megaevento sediado pela cidade do Rio de Janeiro; nem o primeiro a impactar estruturalmente a Barra da Tijuca. Nos jogos pan-americanos, em 2007, foi alterado e usado o espaço do antigo Autódromo. Dos grandes eventos realizados na cidade, destacam-se: Jogos Pan-americanos (2007); Copa das Confederações da FIFA (2013); Jornada Mundial da Juventude (2013); Copa do Mundo de Futebol (2014); Jogos Olímpicos (2016).

do que se verificou na “segunda fase” de expansão urbana, quando “a cidade derramava-se como um líquido pela zona norte e se comprimia contida entre os vales e as praias na zona sul” (COSTA, 1995: 344). A Zona Sul, naquele momento, representava adensamento de prédios, violência e má circulação, características de uma cidade pouco “funcional”. Copacabana entre as décadas de 1950 e 1970 já vinha perdendo seus “critérios aristocráticos” a partir do *boom* imobiliário no bairro, aumentando significativamente o número de prédios e de habitantes, enquanto a “lógica da distinção” ia se espraiando aos bairros litorâneos contíguos (O’DONNELL, 2013).

O processo de implementação do *Plano*, no entanto, não seguiu como o esperado, sofrendo alterações ao longo dos anos, e aos poucos foi perdendo as características originais do projeto. A condição fundiária da região, com boa parte dos terrenos de natureza privada, inviabilizou a implementação do Plano na correlação de interesses entre empresários, a administração municipal e a comissão técnica, e “numa simples penada clandestina, o transformaram [o Plano] em proposição teórico-romântica a ser devidamente arquivada como peça de museu” (COSTA apud. REZENDE e LEITÃO, 2014: 687). Como analisam Rezende e Leitão, “a abertura da área em sua totalidade à ocupação repetiu de forma mais intensa as contradições da cidade tradicional”, e o adensamento em algumas áreas do bairro desenvolveu-se a partir da “valorização brusca da terra, alterações constantes na legislação para torná-la mais tolerante e a ocupação de áreas sem infraestrutura adequada” (REZENDE e LEITÃO, 2014: 691).

Ainda na década de 1970, no momento do *boom* imobiliário no bairro, começaram a surgir as primeiras favelas na região, muitas ocupadas por operários das obras que construíam a “Barra da Tijuca”. Os empreendimentos imobiliários do tipo condomínio fechado, sendo massivamente apartamentos, começaram a configurar a tipologia habitacional do local, agregando comodidade, segurança e tecnologia como novo modo de habitar moderno.

A região ao norte no bairro, no limite com Curicica, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, foi a que mais recebeu intervenções das estruturas olímpicas e, atualmente, é a área de expansão da “Barra”. Ganhou o nome, então, de “Barra Olímpica” (SAMPAIO, 2014), que se estende para áreas próximas sob a marca de um evento histórico, cujas estruturas representam um “legado” para o local, que se somam à “paisagem natural” e à alta tecnologia no repertório dos empreendimentos habitacionais<sup>5</sup>. O principal exemplo desses empreendimentos é o condomínio Ilha Pura, que serviu como Vila Olímpica, hospedando as

<sup>5</sup> RJZ Cyrela Like Residencial Club. Disponível em: <<https://goo.gl/m35Whd>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

delegações durante as Olimpíadas, e que agora é vendido como “um dos melhores lugares para se viver no Rio de Janeiro”<sup>6</sup>, agregando qualidade de vida, paisagem natural e sustentabilidade (CAVALCANTI, O’DONNELL e SAMPAIO, 2016).

A Vila Autódromo esteve na confluência desses projetos para a região. A comunidade começou a se desenvolver na década de 1970, quando trabalhadores das obras do entorno resolveram fixar residência no local, e construíram a Vila Autódromo entre os muros do Autódromo Internacional Nelson Piquet e às margens da Lagoa de Jacarepaguá. Antes disso, o terreno era ocupado por colônias de pescadores, em meados dos anos 1960, que construíram uma forma de sociabilidade e circulação a partir da pesca nas lagoas da região. Segundo os relatos de moradores, a partir da década de 1990 a comunidade começou a sofrer com tentativas de remoção movidas pela Prefeitura, ao mesmo tempo em que se verificou o constante crescimento e alteração da *localidade*, quando a *Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo* articulava forças para promover mudanças e infraestrutura ao local.

A Vila União de Curicica, cujo início da ocupação data dos anos 1970 conforme relatos dos moradores, também foi tomada pela administração municipal como um entrave às mudanças urbanísticas estruturais em curso durante o contexto de produção da cidade olímpica. Consolidada durante o governo de Leonel Brizola nos anos de 1980, devido a programas habitacionais voltados para as áreas informais da cidade, a comunidade começa a ser ameaçada de remoção em 2012, quando do anúncio da construção da via de BRT (*Bus Rapid Transit*) Transolímpica, que liga os bairros de Deodoro e Barra da Tijuca. Localizados justamente em território que figura como frente de expansão da cidade, seus moradores representavam, aos olhos do poder público, uma barreira aos investimentos públicos e privados na chamada “Barra Olímpica”.

### **“Porque a história do povo você não apaga”: o caso da Vila Autódromo**

As margens da Lagoa de Jacarepaguá, que era conhecida pelos pescadores como “lagoinha”, marcam a memória de Mariza do Amor Divino<sup>7</sup> por inúmeros processos. Ali ela viu, em meados dos anos 1970, construírem o Autódromo Internacional Nelson Piquet, processo que Mariza narra com tristeza quando fala dos aterros cobrindo a vegetação e os

<sup>6</sup> Ver: < <http://ilhapura.net/>>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

<sup>7</sup> Gravei o depoimento de Mariza em duas ocasiões distintas. A primeira vez foi realizada na casa de Maria da Penha, em fevereiro de 2016. A segunda vez, já em outro contexto, também na casa de Maria da Penha, em março de 2017.

animais; e narra com vislumbre quando lembra das estruturas da obra, das largas e profundas fundações, que despertavam sua curiosidade.

Além de ter nascido nas imediações da lagoa, na Rua Pedro Correa, Mariza lembra que costumava frequentar a lagoa com seu pai quando criança; com 17 anos começou a frequentar a “lagoinha” sozinha, onde registra a presença de três pescadores e mais “uma mulher no meio, que era mulher de um dos pescadores”. Mariza narra esse momento anterior às transformações na região como um passado distante, orientando-se a partir das características do ambiente, como areia “clarinha”, da lagoa com água límpida, onde era possível ver os pés mesmo com água na altura do pescoço: “isso aqui era tudo areia”. Para Mariza, a construção do Condomínio Rio2<sup>8</sup> é responsável pela poluição da lagoa, quando “a água começou a ficar cada vez mais turva”, o que ocasionou a diminuição da pesca, momento que seus companheiros de pescaria tomaram outros rumos, e “muitos que não eram cariocas, eram nordestinos, foram embora”.

Os depoimentos que Mariza do Amor Divino concedeu, apresentam algumas questões interessantes do ponto de vista de quem acompanhou e colaborou ativamente com a construção e mudança daquele espaço. A partir de sua experiência na construção de um lugar, o que lhe alçou à condição de ser “uma das fundadoras”, de modo a lhe atribui certa autoridade, Mariza traz elementos do lugar que deu origem à comunidade Vila Autódromo: “quando eu cheguei não tinha nada; isso aqui tudo era água. ...eu vi Vila Autódromo nascer e pedi a Deus porque eu não queira ver a Vila Autódromo acabar”.

As memórias dos moradores, suas trajetórias de vida e a lembrança de cada personagem do contexto que colaborou com o crescimento e organização do local, foram fundamentais para narrar a história da comunidade diante do *drama social* (TURNER, 2008) desencadeado pelas “remoções olímpicas”. A *memória* da Vila Autódromo, do ponto de vista conceitual, é “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”, como sugere Pollak (1992: 204); e está imbricado com sentidos de pertencimento e certa coerência de um grupo sobre o entendimento de si, que tem como base as dificuldades e “sofrimentos” do processo de construção da comunidade: da condição em “terreno charco”, arenoso, que precisou ser aterrado para poder construir as casas, às “sobras” de materiais construtivos que foram compartilhados etc. Tudo isso criou *narradores experientes*, “alguém que tem uma história para contar porque inicia seu relato a partir de sua vivência” (ABREU, 2010: 206), a partir de suas relações com as coisas e *experiências* com o espaço (DE

<sup>8</sup>Um dos muitos “condomínios fechados” localizado na Av. Embaixador Abelardo Bueno, nas imediações da Lagoa de Jacarepaguá, aproximadamente a 2000 metros da Vila Autódromo.

CERTEAU, 1994). Foi nesse contexto de um “tempo dramático”, que tomou o lugar da vida rotineira, da continuidade, a partir de um processo de *ruptura*<sup>9</sup> que foi ativado pela possibilidade de remoção da Vila Autódromo, que se formou o movimento de resistência dos moradores (TAFAKGI, 2014).

O “fantasma da remoção”, como foi representado por Nathália, que mora há 24 anos na Vila Autódromo, já assombrava a comunidade pelo menos desde o começo dos anos de 1990. Segundo Sandra Maria, moradora há 25 anos no local, quando as ameaças de remoção tornaram-se mais intensas, “a Vila Autódromo iniciou um processo de resistência”, que resultou em algumas conquistas: dois títulos de concessão real de uso da terra, dando o “direito de morar” por aproximadamente 200 anos (99 anos para cada título), e a Lei Complementar nº74, definindo a área como de especial interesse social destinada a moradia popular.

Durante o “processo de remoções olímpicas”, período de intensa descaracterização da Vila Autódromo, a marca das ações violentas sustentam o sentimento de injustiça, do desrespeito aos títulos e à lei que regiam a comunidade. Aos poucos o local “verde e de interação social”, como define Sandra Maria, com o impacto das remoções, o “que era uma comunidade verde, se tornou uma comunidade cinza, com uma grande área asfaltada, que virou estacionamento”<sup>10</sup>.

O entendimento comum entre os moradores é que as “remoções olímpicas” se espraiam de maneira padronizada mundo afora. Sandra Maria reafirma o caráter excludente dos Jogos Olímpicos “que por todos os países por onde passa remove centenas de pessoas”. Segundo a moradora, “a Vila Autódromo entra para história como a primeira comunidade que conseguiu resistir a esse processo de remoção olímpica”, o que “não anula o fato de cerca de 700 famílias terem sido removidas” da comunidade.

O modelo do “processo de remoção olímpica” desenvolvido na Vila Autódromo foi mostrado em fotos por Sandra Maria na 15ª Semana de Museus, enquanto falava do *Museu das Remoções*<sup>11</sup>:

<sup>9</sup>Dentro do processo do *Drama Social* proposto por Victor Turner, a *ruptura* é o primeiro estágio, que tem como sequência a *crise* e sua intensificação dentro do grupo. Turner alerta para o fato de, na terceira etapa, na “modalidade de reparação”, o grupo se coloca diante da necessidade da “autorreflexividade” (TURNER, 2017:13).

<sup>10</sup> Conferência de Sandra Maria sobre o Museu das Remoções na 15ª semana de Museus – “Museus e Histórias controversas: dizer o indizível em museus –, no Centro Cultural do Bando do Brasil, no dia 15 de maio de 2017.

<sup>11</sup> É um projeto de museologia social organizado na articulação entre moradores e apoiadores, que “entre o caos e a esperança, nasceu dos escombros um sonho”. Como especificou Sandra Maria, “o Museu das Remoções surge como uma ideia, um desespero nosso de não permitir que a comunidade da Vila Autódromo fosse mais

As casas eram demolidas (...) sem que nenhuma norma de segurança fosse cumprida: não tinha isolamento da área de segurança; não tinha o carro-pipa para molhar e não [deixar] espalhar poeira (então a comunidade ficava completamente envolvida em uma nuvem de poeira que gerava problemas respiratórios); fios eram arrebentados e ficavam pendurados, chicoteando energizados, colocando em risco a vida das crianças. As pessoas ficavam sem luz; canos eram quebrados e a comunidade ficava sem água.

A “comunidade verde” aos poucos foi se tornando um “cenário que se assemelhava muito a um pós-guerra”. Os escombros das casas derrubadas espalhavam-se por toda a comunidade, tornando o local inóspito, comprometendo a saúde de quem insistia na permanência na Vila Autódromo.

A Vila Autódromo contou com o apoio de várias instituições: núcleos universitários, movimentos sociais, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, Pastoral de Favelas. Entre seus “apoiadores”, contava com estudantes universitários, pesquisadores nacionais e internacionais, parlamentares, entre outros. A resitência consolidou-se a partir da confluência de saberes e práticas, tornando possível “reconstruir a memória histórica da comunidade” (LIFSCHITZ, 2006: 76), que fez surgir muitos projetos durante o processo, destacando-se o *Museu das Remoções* e o *Plano Popular da Vila Autódromo*.

O Plano Popular<sup>12</sup> prescrevia a possibilidade da permanência dos moradores que queriam ficar na comunidade<sup>13</sup>. A permanência, no entanto, previa a urbanização da Vila Autódromo, com o provento de melhorias significativas na estrutura do local – como água e saneamento – além de oferecer a possibilidade de equipamentos para acesso à saúde, educação e lazer.

A elaboração do Plano Popular foi vitoriosa do ponto de vista da mobilização em torno do projeto, e colaborou com a organização dos moradores da comunidade como uma

---

uma que tivesse a sua memória completamente apagada da história da nossa cidade, como tantas outras já tiveram após a remoção, e foram completamente apagadas e esquecidas”.

<sup>12</sup> O Plano Popular foi elaborado em oficinas e assembleias de moradores e contou com o apoio técnico do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF).

<sup>13</sup> Durante o processo de negociação, muitos moradores da comunidade demonstraram interesse de sair da Vila Autódromo. Muitos aceitaram a proposta de trocar a casa na comunidade por um apartamento no condomínio Parque Carioca, que fica a poucos quilômetros de distância. Outros moradores preferiram receber indenizações por suas construções. Todas as negociações foram feitas de maneira individualizada, muitas vezes sem contar com acompanhamento jurídico. No dia 26 de março de 2014, 200 famílias cederam às propostas da Prefeitura. Segundo o Plano Popular, tais moradores habitavam “áreas mais precárias, com casas menores, começaram a ceder” e que eram “moradores ameaçados, ou mesmo cansados dos problemas da infraestrutura da comunidade” (P. 19)

maneira de justificar e propor a permanência da Vila Autódromo. O processo de concepção seguiu os parâmetros de um “novo tipo de planejamento”, cuja base seria a autonomia daquela população sobre seu território, que teriam a autoridade de definir por ela mesma os rumos da comunidade (PPVA, 2011 [2016]). Em 2013 o Plano Popular foi premiado, recebendo o primeiro lugar do prêmio internacional *Urban Age Award – Rio de Janeiro*, patrocinado pela *London School of Economics* e pelo *Deutsche Bank*. A premiação transformou o Plano Popular na principal bandeira de luta dos moradores e deu início à campanha “urbaniza já”, e foi apresentado ao prefeito Eduardo Paes como uma possibilidade de urbanização da Vila Autódromo e garantia de sua permanência.

Outro importante projeto desenvolvido na Vila Autódromo foi o *Museu das Remoções*, cujo lema “memória não se remove” garantiu mais uma frente de luta aos moradores, agora na chave da memória local como caminho de disputa da cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Para Diana Bogado:

O Museu das Remoções possui uma narrativa diametralmente oposta à narrativa do Estado a respeito dos Jogos Olímpicos Rio 2016, ele se opõe às memórias do poder e propõe a resgatar (ainda que de modo singelo) o poder da contra-memória, da memória contra-hegemônica, da narrativa popular (Bogado, 2017).

Durante o longo período de negociação, momento de intensa destruição física da comunidade, a Prefeitura cedeu e resolveu urbanizar a Vila Autódromo e garantiu a permanência de 20 famílias, em sua maioria pessoas que resistiram até o fim do processo, como é o caso de Maria da Penha, Sandra Maria, Dona Dalva e Sandra Regina. Mariza do Amor Divino não conseguiu permanecer na comunidade e foi reassentada em um apartamento na Colônia Juliano Moreira.

As chaves das casas novas construídas pela Prefeitura na Vila Autódromo foram entregues no dia 27 de julho de 2016, semanas antes do início das Olimpíadas. Do processo, além das memórias de “luta” e do sofrimento causado pelo desgaste e incertezas, persistem projetos como o *Museu das Remoções*, além de articulações e mobilização dos moradores nessa “nova realidade”. Com disse Maria da Penha: “nós estamos reconstruindo nossa própria história dentro da comunidade; estamos tentando manter a memória dessa comunidade”<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> No dia 18 de maio de 2017, uma parte do acervo do Museu das Remoções foi apropriado pelo Museu Histórico Nacional, e ficará exposto na Instituição ao lado dos escombros do Morro do Castelo. Para os moradores, o sentimento é de reconhecimento da “luta”, de consolidação da Vila Autódromo na memória urbana da cidade, fator de orgulho e satisfação.

### **Casa, memória e localidade: o caso da Vila União de Curicica**

Em 1992, a família de Vicente comprou um terreno vazio na Vila União de Curicica para, mais uma vez, se engajar na construção de uma casa<sup>15</sup>. Dessa vez, seus filhos já possuíam suficiente idade para colaborar com o processo de construção, tornando a mão-de-obra familiar essencial nesse contexto. Vicente diz que "pegou sobra de terreno na Vila União", já que a essa altura dos anos 90 a favela já havia sido quase toda ocupada. Ao se utilizar de sacos de padaria preenchidos com areia para delimitar as fronteiras de sua futura casa no terreno, Vicente aterrou a área e construiu uma primeira estrutura de madeira para a família "passar pra dentro logo".

Em seguida, a família cavou 19 sapatas ao redor do grande barraco, que são buracos bem profundos de extrema importância para realizar a "fundação" da casa. As sapatas dos fundos tiveram 2 metros e 40 centímetros. Na parte da frente, no entanto, Vicente relata que precisou cavar o dobro de profundidade e utilizar vergalhões de ferro, já que pela rua Ventura – rua em que mora até hoje na Vila União – passa um rio bastante extenso. A terra existente na divisa entre terreno e rio é pastosa, o que levou Vicente a despender mais esforços e materiais para cavar os buracos. Além das condições físicas do terreno, impactado pelo rio que corta a favela, fica claro no relato de Vicente como a variável climática afeta o processo de construção:

E continuou o acabamento, isso durou 20 anos pra eu conseguir embolsar, foi feito várias reformas aqui, esse piso foi trocado, duas vezes eu já troquei esse piso aqui, eu tive que levantar isso aqui duas vezes porque a casa era baixa, quando chovia a água chegava na porta, aí entrava, aí eu tive que ir levantando entendeu, fui aumentando pra poder a água não entrar em casa<sup>16</sup>.

Assim como vários outros vizinhos da mesma rua já haviam feito, a família de Vicente construiu uma estrutura de cimento bastante densa por cima da extensão do rio que abrange a entrada de sua casa. Como já mencionado, o rio acompanha o traçado da rua, beirando as entradas de todas as casas ali instaladas. Na época em que Vicente construiu a estrutura de cimento, a maioria de seus vizinhos de rua já havia feito o mesmo, tanto para evitar o cheiro, as contaminações do rio e a entrada de insetos nas casas, como para utilizar o

<sup>15</sup> Vicente e sua família moram na Vila União de Curicica (Zona Oeste da cidade) há 25 anos. Conforme acordo feito com o mesmo, seu nome, bem como o de seus familiares e vizinhos serão omitidos para garantir o anonimato tendo em vista o delicado contexto de conflito com o Estado que vivenciam. Todos os nomes presentes nessa narrativa são fictícios para garantir a segurança de nossos interlocutores. Antes de chegar à Vila União, Vicente e sua família já haviam habitado outras favelas da Zona Oeste, passando por alguns processos de construção de barracos e casas durante os anos 70 e 80. Além disso, a família pagou aluguel em muitas ocasiões nas mesmas favelas.

<sup>16</sup> Trecho retirado de entrevista realizada em três seções na própria casa de Vicente em setembro de 2016.

espaço gerado com a cobertura do mesmo. O rio passou então a ter poucas partes de sua extensão expostas, já que as estruturas construídas criaram quase que um contínuo de cimento ao longo da rua, o que melhorou a qualidade de vida dos que habitavam a sua margem<sup>17</sup>.

Ingold afirma que "modos de agir no ambiente são também modos de percebê-lo" (2000: 9)<sup>18</sup>, tendo em vista que, segundo o autor, o "movimento de processar informações" realizado pelos agentes – expressão não muito adequada para a antropologia ecológica praticada por Ingold, mas que é utilizada no momento em que o autor argumenta nos termos de Bateson para aproveitar alguns subsídios do último – é antes de tudo "o desdobrar de todo sistema de relações constituído pelo envolvimento multi-sensorial do *perceiver* em seu ambiente" (*Op. Cit.:* 18)<sup>19</sup>. É a partir de seu envolvimento nas interações travadas com a casa em construção, com o terreno, com o rio, com as chuvas e com sua família, que Vicente percebe o ambiente circundante ao planejar e construir sua casa na favela. Da mesma forma que o rio, gerador da consistência da terra na parte frontal do terreno, fez com que Vicente replanejasse a profundidade das sapatas que suportam a casa em sua fundação e erguesse uma estrutura de cimento como as feitas pelos vizinhos, as chuvas levaram os membros da família a reconstruírem partes da casa duas vezes durante esses anos. Ao longo do processo de construção e de vivência na favela, Vicente desenvolve certo conhecimento sobre o ambiente em que habita a partir das pistas que o lugar oferece. Conhecimento aqui é entendido também nos termos da antropologia ecológica ingoldiana: "é baseado em sensações, consistindo nas habilidades, sensibilidades e orientações que se desenvolvem por meio de longa experiência de condução de uma vida em um ambiente particular" (*Op.Cit.:* 25)<sup>20</sup>.

É a partir de sua relação com o ambiente circundante, interação produtora também de conhecimento, que a memória de Vicente sobre o processo de construção de sua casa e de consolidação da comunidade é erigida. Memória que torna-se evidente para os pesquisadores por meio dos relatos que, articuladores de ações narrativas, discorrem sobre espaços, ou seja, sobre experiências existenciais vividas, indicando lugares circunstanciados, especificados por ações de sujeitos históricos (DE CERTEAU, 1999). A memória de Vicente, que aparece para nós na forma relato, consiste em um fragmento de registro do processo de ocupação por parte

<sup>17</sup> Quando do início do processo de remoção, a prefeitura demoliu a estrutura de cimento sobre o rio, o que gerou a insatisfação de muitas famílias, pois mal cheiro, insetos e lixo tornaram-se fatores mais evidentes na vida cotidiana.

<sup>18</sup> Tradução minha do seguinte trecho: "ways of acting in the environment are also ways of perceiving it" (*Op. Cit.:* 99).

<sup>19</sup> Tradução minha do seguinte trecho: "the unfolding of the whole system of relations constituted by the multi-sensory involvement of the perceiver in his or her environment" (*Op.Cit.:* 18).

<sup>20</sup> Tradução minha do seguinte trecho: "it is based in feeling, consisting in the skills, sensitivities and orientations that have developed through long experience of conducting one's life in a particular environment" (*Op.Cit.:*25).

de diversas famílias da região da Curicica, parte da chamada "Barra Olímpica". A construção de estruturas de cimento por sobre o curso do rio que corta a comunidade, realizada pela maioria dos moradores da rua Ventura, ilustra uma técnica, enraizada nos saberes partilhados localmente, a qual se insere em uma tecnologia mais ampla que Appadurai (1996) define como *produção de localidade*.

Tanto a ocupação da área da Vila União, como a construção de estruturas básicas pelos moradores, são resultantes de um contexto mais amplo marcado pela postura ativa de um Estado<sup>21</sup> que não despende esforços no sentido da garantia do direito à habitação e à cidade. O bairro, nesse caso, é produzido por contexto. Por outro lado, como será visto adiante, as ações desses sujeitos históricos, materializadas na consolidação da comunidade, participam também da gênese do contexto mais recente de conflito entre Estado e moradores, evidenciado pelo processo de remoção. Como ressalta Appadurai (1999), além de ser produzido por contextos, o bairro também tem a capacidade de criá-los.

### **Crise e ação reparadora**

Uma das primeiras ações estatais, que demarcam talvez o início do processo de remoção, é feita justamente na rua habitada por Vicente, a rua do canal. Em 2010, agentes da prefeitura chegam à comunidade para demolir as largas pontes de cimento construídas pelos moradores sob a justificativa de que elas estariam contribuindo para a ocorrência de enchentes. Os moradores se surpreenderam com a chegada dos agentes e das máquinas, já que não haviam sido notificados da transformação que ocorreria nessa parte da comunidade. De acordo com Vicente, "a primeira ação deles aqui foi pra desmotivar e desvalorizar a comunidade, né". Em 2012, a prefeitura convoca uma reunião com a população para anunciar a remoção de toda a favela, o que totaliza mais de 900 famílias. A remoção é justificada pela necessidade da construção da via de BRT Transolímpica<sup>22</sup>, que passaria justo em cima da comunidade. O anúncio da remoção total instala oficialmente a crise, que teve como primeiro indício a demolição incompreendida da estrutura que cobria o rio, configurando, assim, o conflito entre agentes estatais e a comunidade. "Foi aí que começamos a lutar, né, criamos o MIP e chegamos a juntar 140 pessoas", nos relata Vicente.

O Movimento Independente Popular (MIP) não reuniu apenas moradores. Nas reuniões nos deparamos com coletivos universitários, representantes de partidos políticos de

<sup>21</sup>Estado aqui é entendido como um corpo complexo e multifacetado, nos termos de Das e Poole (2005), e não como um bloco monolítico e homogêneo, conforme pensado por uma certa teoria clássica do Estado.

<sup>22</sup>As vias de BRT (*Bus Rapid Transit*) fazem parte do conjunto de obras realizadas na cidade durante a produção da cidade olímpica, tomadas pela prefeitura como parte do chamado "legado olímpico".

esquerda e também com o Comitê Popular Copa e Olimpíadas<sup>23</sup>. O evento crítico da remoção (DAS, 1995) gera a emergência de um ator coletivo nas arenas públicas, que investiga, repensa e questiona os impactos da efetivação do processo de remoção – que há anos faz-se presente como ameaça na forma de boatos (GUTTERRES, 2016). Em meio ao drama social (TURNER, 2008) vivenciado pela comunidade, os moradores unem-se a atores externos, na medida em que buscam reverter o cenário presente, refletindo sobre o horizonte de possibilidades futuras que aparece para o grupo. O possível futuro inserido no presente organiza e unifica a ação (CAVALCANTI, 2007).

Durante as reuniões e atividades do MIP<sup>24</sup>, as falas dos moradores retomavam não somente os processos de construção de suas casas – que em sua maioria se estenderam por anos, assim como no caso de Vicente –, mas também relações interpessoais e com os equipamentos do bairro. Muitos mencionavam as igrejas, os mercados e o hospital para justificar a vontade de permanecer no local. Outros abordavam a família e a vizinhança. "Eu tenho assistência da comunidade, meus amigos, aqui sou feliz", disse Dona Maria, uma das mais antigas moradoras, durante uma das reuniões. "Eu não queria sair daqui não, passei minha infância aqui, minha família é daqui. Tenho raízes aqui, sou nascido aqui. Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim", diz Claudinho, adolescente que habita a Vila União, durante uma conversa informal realizada antes do início de uma reunião. Por outro lado, ao reiterarem a importância da história de consolidação da comunidade presente nas falas de seus habitantes, os representantes dos coletivos e partidos apresentavam no espaço da reunião alguns caminhos possíveis para resistir à remoção. Assessores de vereadores falavam em petições, abaixo-assinados e audiências públicas, a universidade colocava-se à disposição para elaborar um traçado alternativo da via de BRT, da mesma forma que o Comitê distribuía cartilhas sobre o tema do direito à habitação.

A memória coletiva da comunidade configura-se como substrato sobre o qual a linguagem dos direitos atua. A junção de ambas as ferramentas de luta pela permanência, potencializa a resistência da comunidade ao processo de remoção. "Só depois que a gente começou a conhecer nossos direitos, que a prefeitura passou a tratar a gente diferente", diz Silvio, uma das lideranças do movimento. De um lado, a memória emerge nesse contexto de crise como forma de legitimar a permanência das pessoas no local. De outro, o repertório dos

<sup>23</sup> Organização conhecida internacionalmente, que atuou no Rio de Janeiro durante os últimos anos, com o objetivo anunciado de "denunciar as violações de direitos humanos cometidas em nome dos megaeventos".

<sup>24</sup> Daniela Petti esteve presente nos espaços construídos pelo MIP na ocasião em que participou de uma pesquisa sobre a região da Curicica, enquanto bolsista de iniciação científica da professora Mariana Cavalcanti (IESP/UERJ).

direitos veiculado pelos aparelhos modernos traduz a mobilização coletiva para os termos da linguagem do Estado (LIFSCHITZ, 2006). Em meio ao conflito entre o poder público e a comunidade, memória e linguagem dos direitos potencializam-se mutuamente, com vistas à permanência do grupo na terra. Vicente e seus vizinhos, enquanto sujeitos históricos de uma localidade, têm suas vivências – marcadas pela *auto-construção*<sup>25</sup> das casas e do bairro – transformadas em arenas políticas (HOLSTON, 1991), na medida em que esforçam-se para reparar a crise gerada pela situação de remoção (TURNER, 2008).

### **Considerações Finais**

O planejamento e o urbanismo praticados hoje nas grandes cidades do globo suscitam a insatisfação de muitas populações, por não atenderem ao "bem público", e sim aos anseios e interesses de certos grupos privados que atuam no espaço urbano (MIRAFTAB, 2016). Gentrificação, espoliação e remoções são resultados materializados em espaços e corpos das práticas de um urbanismo cujo olhar parte do longe, do alto e de fora. Segundo Lefebvre (2010), na chamada “sociedade burocrática de consumo dirigido”, as tendências homogeneizadoras do capitalismo matam as diferenças. No capitalismo pós-industrial, a problemática urbana impõe um deslocamento da reflexão da produção de mercadorias em direção à própria produção do espaço. Mais do que isso, o funcionamento do capitalismo em esfera urbana implica ir além da produção - dos meios de produção -, e levar em consideração a noção de reprodução. Se no passado, a família era a principal esfera de reprodução do capital, em tempos de financeirização da vida, o espaço consiste em mais um elemento por meio do qual o capitalismo se manutenciona. A partir do instante em que as dinâmicas do capital utilizam-se do território urbano para perpetuar seu processo de reprodução (HARDY, 2012), esse tipo de planejamento torna-se instrumento dos atores dominantes desse cenário, contribuindo para a construção de cidades cada vez mais desiguais. Como afirma Miraftab:

O planejamento como o conhecemos está-se defrontando com uma crise de legitimidade. Suas contradições e falsas promessas manifestam-se em crescentes desigualdades. E as injustiças espaciais que propicia são a evidência patente de “um imperador sem roupas” (2016: 366).

<sup>25</sup>Auto-construção é um conceito cunhado por James Holston durante a década de 1990, a partir de pesquisa realizada nas periferias de São Paulo, portanto historicamente localizado, mas ainda útil para pensar o engajamento de famílias na construção de seus barracos e casas nas favelas cariocas. O conceito ultrapassa o sentido material mais evidente, abarcando também questões estéticas e políticas. De certa forma, para Holston, é a atividade de auto-construção praticada durante décadas que impulsiona muitas famílias brasileiras a se mobilizarem politicamente pela garantia dos direitos da cidadania.

A Zona Oeste do Rio de Janeiro tem figurado como frente de expansão do capital imobiliário, portanto da dinâmica urbana como um todo (ROLNIK, 2016). Muitos empreendimentos têm sido gestados, por meio das parcerias entre atores públicos e privados, nas áreas de Jacarepaguá, Curicica e Barra da Tijuca, o que obviamente afeta as favelas existentes no entorno. Na era das finanças do capitalismo globalizado, como aponta Raquel Rolnik, "a terra se tornou um elemento central no processo de circulação dos excedentes financeiros globais, transformados em várias formas de capital fictício" (AZEVEDO e FAULHABER 2015: 12). Tal dinâmica renovada do capital inserida em território urbano, somada ao contexto específico vivido pelo Rio de Janeiro, em que megaeventos como Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas têm sido prioridades no bojo da atuação estatal, geram processos históricos nos quais a narrativa que transmitimos nesse texto se insere. Os processos de remoção de Vila Autódromo e Vila União de Curicica ilustram as consequências da articulação entre o avanço do capitalismo em terras urbanas e do planejamento urbano hegemônico como seu instrumento possibilitador.

As práticas insurgentes descritas neste texto, constituídas e efetivadas a partir dos construtos da memória, tanto em sua face individual, como coletiva, expressam de certo modo as bases sobre as quais um planejamento urbano coletivo – de baixo, de dentro, de perto, junto – e um “urbanismo humano” (MIRAFTAB, 2016) podem ser construídos. Uma vez mais acionamos Miraftab, quando diz que o primeiro passo de tal "virada ontológica" no planejamento e no urbanismo seria "reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos – nomeadamente as práticas insurgentes" (*Op.Cit.*: 363).

## Referências

ABREU, Regina. Museus, ruínas e paisagens: patrimonialização e disputas de sentido. In: GUIMARAENS, Maria da Conceição Alves de (Org.). **Museografia e Arquitetura de Museus**. Rio de Janeiro: UFRJ, FAU, PROARQ, 2010, V1. pp. 190-212.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Revista Mana** – Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, 21(3), 2015, pp. 483-498.

APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Housing and Hope. **Places Journal. Online**. 2013. Disponível em: <<https://placesjournal.org/article/housing-and-hope/>>.

AZEVEDO, Lena e FAULHABER, Lucas. **SMH 2016: remoções no Rio Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama social: notas sobre um tema de Victor Turner. **Cadernos de campo**, São Paulo, 2007, n. 16, pp. 127- 137.

CAVALVANTI, Mariana, O'Donnell, Julia e SAMPAIO, Lilian. Futures and Ruins of an Olympic City. In: CARVALHO, Bruno, CAVALCANTI, Mariana e VENUTURUPALLI, Vyjayanthi Rao (Orgs.). **Occupy All Streets** – Olympic Urbanism and Contested Futures in Rio de Janeiro. Estados Unidos: 2016.

COCCARO, Sue Ellen. A requalificação da Avenida Ayrton Senna na vertente Jacarepaguá e a redefinição dos limites da Barra da Tijuca expandida. **Chão Urbano** – Revista online de Pesquisa Urbana e Discussão Acadêmica – IPPUR UFRJ, Rio de Janeiro, n. 2, ano XIII, mar./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.chaourbano.com.br/adm/revistas/arquivosartigos/artigo64.pdf>>. Acessado em: 11 de dezembro de 2017.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto (org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 58-79.

COSTA, Lucio. Plano Piloto para a urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá [1969]. In: **Lucio Costa: registro de uma vivência**. Ed. Empresa das Artes, 1995.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**, tomo I. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FRÚGOLI JR, Heitor. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, 2001, pp. 51-66.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. In: 33º REUNIÃO ANUAL DA ANPED. Caxambu, 2010.

GUIMARÃES, Renato Consentino Vianna. **Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital**. Dissertação de Mestrado: IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Revista Mana** – Estudos de Antropologia Social, 22(1), 2016, pp. 179-209.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, 2012, n.29: pp. 73-89.

HOLSTON, James. Autoconstruction in working-class Brazil. **Cultural Anthropology**, vol.6 n.4. Wiley on behalf of the American Anthropological Association, 1971, pp. 447-465.

INGOLD, Tim. **The perception of environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London/New York: Routledge, 2000.

LEFBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Editora Centauro. São Paulo, 2010.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.38, 2006, pp. 67-85.

MARTINS, Mayã. Entre Memórias e Futurismos: Enquadramentos Sobre o Projeto Porto Maravilha, Cidade do Rio de Janeiro. **Ponto Urbe** [Online], 16, 2015. Posto online no dia 31 Julho 2015: Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/2584>>. Acessado em: 24 de abril de 2017.

MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, 2016, pp. 49-56.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.18, n.3, 2016, pp.363-377.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto Histórico**, São Paulo, n.10, 1993, pp. 7-28.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular da Vila Autódromo 2016**: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992, pp.200-212.

REZENDE, Vera F. e LEITÃO, Gerônimo. Lucio Costa e o Plano Piloto para a Barra da Tijuca: a vida é mais rica e mais selvagem que os planos urbanísticos. **URBANA**, v.6, nº8, 2014.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAMPAIO, Lilian Amaral de. **Curicica, de “fim do mundo” a “Barra Olímpica”**. Dissertação de Mestrado – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2014.

TAFKGI, Mariana. Copa e Olimpíadas pra quem? Uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos. **Revista Ensaios**, v.7, 2014, pp.1-16.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas** – ação simbólica na sociedade humana. EDUFF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Do Ritual ao teatro**: a seriedade humana de brincar . Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2017.

VAINER, Carlos. A Cidade de Exceção. **ANPUR**, v. 14, 2011.